

Sumário

Parte I

Direito do Trabalho

Henrique Correia e Aryanna Linhares

CAPÍTULO I

REGULAMENTO DE EMPRESA, PRINCÍPIOS E PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....	19
1. Regulamento de empresa	19
1.1. Complementação de aposentadoria	20
2. Princípio da irretroatividade da lei	26
3. Programa de Incentivo à Demissão Voluntária	26

CAPÍTULO II

EMPREGADO E EMPREGADOR	31
1. Empregado.....	31
1.1. Diretor eleito.....	31
1.2. Bancário	32
1.3. Empregado Rural.....	39
1.3.1. <i>Enquadramento como trabalhador rural</i>	39
1.3.2. <i>Prescrição do trabalhador rural</i>	39
1.3.3. <i>Salário-família rural</i>	39
1.4. Empregado Doméstico	43
2. Empregador	53

CAPÍTULO III

TERCEIRIZAÇÃO	57
----------------------------	-----------

CAPÍTULO IV

CONTRATO DE TRABALHO	71
1. Identificação profissional de empregado. Carteira de trabalho e previdência social - CTPS.....	71
2. Contrato de experiência e contrato por prazo determinado	74
3. Da nulidade do contrato de trabalho	81
4. Alteração do contrato de trabalho	83
5. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	86

CAPÍTULO V

DURAÇÃO DO TRABALHO.....	105
1. Duração do trabalho	105
1.1. Sobreaviso.....	111
2. Fiscalização da jornada.....	112
3. Horas <i>in itinere</i>	113
4. Motorista, gerente e ferroviário submetidos ao art. 62 da CLT	113
5. Turnos Ininterruptos de revezamento	117
6. Trabalho noturno	119
7. Compensação de jornada	121
8. Jornada do telefonista, jornalista e advogado.....	124
8.1. Intervalos	127
8.2. Descanso semanal remunerado e feriados (Lei nº 605/1949).....	132
8.3. Férias.....	137

CAPÍTULO VI

REMUNERAÇÃO.....	143
1. Salário e remuneração.....	143
2. Aumento salarial concedido pela empresa e salário-utilidade	160
3. Comissões.....	163
4. Gratificações	163
5. Adicional de risco do portuário	164
6. Adicional por tempo de serviço e adicional regional	164
7. Abono previsto em norma coletiva.....	164
8. Gratificação natalina ou décimo terceiro salário	167
9. Adicionais.....	170
9.1. Adicional de horas extraordinárias.....	170
9.1.1. <i>Cálculo das horas extras</i>	172
9.2. Adicional noturno.....	175
9.3. Adicional de transferência.....	177
10. Adicional de periculosidade.....	177
10.1. Integração do Adicional de Periculosidade.....	177
10.2. Classificação de atividades perigosas.....	178
10.2.1. <i>Eletricitários</i>	178
10.2.2. <i>Portuários</i>	178
10.2.3. <i>Bomba de gasolina</i>	179
10.2.4. <i>Permanência a bordo de aeronaves</i>	179
10.2.5. <i>Sistema elétrico de potência</i>	179
10.2.6. <i>Radiação ionizante ou substância radioativa</i>	179
10.2.7. <i>Armazenamento de líquido inflamável no prédio. Construção Vertical</i>	179
10.3. Perícia.....	180
11. Adicional de insalubridade	182
11.1. Integração	182
11.2. Base de cálculo	183
11.3. Perícia.....	183

11.4. Classificação da atividade insalubre. Relação oficial elaborada pelo MTE.....	183
11.4.1. Instalações sanitárias de uso coletivo	183
11.4.2. Raios solares	184
11.4.3. Óleos minerais	184
11.4.4. Direito adquirido	184
11.5. Fornecimento de aparelho de proteção	184
11.6. Substituição processual	184
11.7. Causa de pedir.....	185
12. Parcelas indenizatórias	187
12.1. Participação nos lucros e resultados.....	187
12.2. Vale-transporte	187
12.3. Salário-família	188
12.4. Seguro-desemprego	188
12.5. Auxílio-alimentação	192
13. Equiparação salarial.....	196
14. Descontos salariais.....	199
14.1. Multa prevista nos artigos 467 e 477.....	200
14.2. Rescisão do contrato. Pagamento das verbas rescisórias.....	200
14.3. Inadimplemento de verbas trabalhistas. Frutos. Posse de má-fé.....	202
15. Reajustes salariais e planos econômicos.....	202
16. Efeitos financeiros da anistia. Emenda constitucional nº 26/1985.....	205

CAPÍTULO VII

ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....	207
1. Estabilidade provisória	207
2. Estabilidade prevista na CLT (Decenal)	207
3. Dirigente sindical	208
3.1. Estabilidade provisória do Conselheiro Fiscal	208
3.2. Estabilidade provisória do Delegado Sindical.....	208
4. Gestante	208
5. Estabilidade decorrente de acidente do trabalho	209
6. CIPA	210
7. Diretores de Cooperativas	210
8. Servidor público celetista. Empregado de empresa pública e sociedade de economia mista	210
8.1. Servidor público de fundação regido pela CLT	211
9. Estabilidade prevista em regulamento interno	211

CAPÍTULO VIII

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.....	231
1. Incidência do FGTS	231
1.1. Não incidência do FGTS	231
1.2. Índice de correção.....	231
2. Multa de 40% do FGTS.....	231

3. Contrato nulo.....	232
4. Prescrição	232
5. Expurgos Inflacionários.....	232

CAPÍTULO IX

AVISO-PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	247
1. Aviso-prévio	247
2. Término do contrato de trabalho.....	252
2.1. Férias proporcionais	252
2.2. Dispensa discriminatória	252
2.3. Falta grave.....	252
2.3.1. <i>Culpa recíproca</i>	253
2.4. Aposentadoria espontânea. Extinção do contrato.....	253
2.5. Despedida imotivada do servidor público.....	253
2.6. Readmissão	253
2.7. Multa prevista no art. 477 da CLT	253
2.8. Término das atividades empresariais. Pagamento do salário	254
2.9. Contrato nulo	254
2.10. Quitação e compensação	254

CAPÍTULO X

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	261
1. Prescrição	261
1.1. Prescrição total	262
1.2. Prescrição parcial.....	263
1.3. Ação Rescisória. Prescrição total e parcial.....	263
1.4. Suspensão do contrato de trabalho.....	263
1.5. Interrupção da prescrição	264
1.6. Rurícola.....	264
1.7. FGTS.....	264
1.8. Expurgos inflacionários	264
1.9. Ação de cumprimento.....	265
1.10. Mudança do regime celetista para estatutário.....	265
1.11. Complementação de pensão e auxílio funeral	265
1.12. Ministério Público.....	266
2. Decadência.....	267

CAPÍTULO XI

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	269
1. Poder Normativo do TST	269
2. Vigência da Convenção e do Acordo Coletivo de Trabalho. Ultratividade.....	269
3. Categoria Diferenciada	269
4. Multa prevista em instrumento normativo	269
5. Contribuição sindical, confederativa e assistencial.....	270

CAPÍTULO XII

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SDC DO TST.....	277
1. Organização sindical.....	277
2. Negociação coletiva.....	279
3. Greve.....	283

Parte II

Direito Processual do Trabalho

*Élisson Miessa e
Aryanna Linhares*

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS.....	289
------------------------	------------

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA.....	293
1. Imunidade de jurisdição. Organização ou organismo internacional.....	293
2. Competência em razão da matéria.....	293
3. Competência funcional.....	298
4. Competência territorial-funcional (ACP).....	299
5. Conflito de competência.....	300

CAPÍTULO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	303
--	------------

CAPÍTULO IV

AÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	307
1. Legitimidade.....	307
2. Impossibilidade jurídica do pedido.....	308
3. Interesse de agir.....	309

CAPÍTULO V

PARTES E PROCURADORES.....	311
1. <i>Jus postulandi</i>	311
2. Representação.....	311
3. Advogado e honorários advocatícios.....	316
4. Honorários periciais.....	319
5. Justiça Gratuita.....	321
6. Litisconsórcio.....	323
7. Intervenção de terceiros.....	325

CAPÍTULO VI

ATOS PROCESSUAIS.....	327
------------------------------	------------

1. Notificação	327
2. Prazos processuais	329
3. Custas processuais	332
CAPÍTULO VII	
PETIÇÃO INICIAL	335
1. Petição inicial	335
2. Valor da causa	335
3. Indeferimento da petição inicial	336
4. Comissão paritária - portuários	338
CAPÍTULO VIII	
TUTELA ANTECIPADA	339
CAPÍTULO IX	
AUDIÊNCIA	343
1. Ausência do reclamante	343
2. Ausência do reclamado	343
3. Preposto	343
4. Atraso na audiência	344
5. Conciliação	344
CAPÍTULO X	
DEFESA DO RECLAMADO	347
1. Contestação	347
2. Compensação	348
3. Revelia	348
4. Exceção de incompetência	349
5. Reconvenção	350
CAPÍTULO XI	
PROVAS	351
1. Ônus da prova	351
2. Depoimento pessoal e confissão	353
3. Prova documental	354
4. Prova testemunhal	355
5. Prova pericial	357
CAPÍTULO XII	
SENTENÇA	361
CAPÍTULO XIII	
COISA JULGADA	363
CAPÍTULO XIV	
PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO	365

1. Procedimento sumaríssimo	365
2. Procedimento Sumário (Rito de Alçada).....	367

CAPÍTULO XV

RECURSO	369
1. Teoria Geral dos Recursos	369
1.1. Princípios recursais	369
1.2. Juízo de admissibilidade	371
1.3. Pressupostos recursais	372
1.3.1. <i>Legitimidade e interesse para recorrer</i>	372
1.3.2. <i>Tempestividade</i>	374
1.3.3. <i>Representação</i>	376
1.3.4. <i>Custas processuais</i>	379
1.3.5. <i>Depósito Recursal</i>	381
1.3.6. <i>Depósito de multas impostas pelo juízo</i>	384
1.4. Documentos.....	386
1.5. Efeitos dos recursos.....	387
1.6. Reexame necessário	388
2. Recursos em espécie	390
2.1. Embargos de declaração	390
2.2. Recurso ordinário	393
2.3. Recurso de revista	395
2.3.1. <i>Prequestionamento</i>	395
2.3.2. <i>Recurso de revista de acórdão regional que julga ação rescisória ou mandado de segurança</i>	396
2.3.3. <i>Cabimento</i>	396
2.3.4. <i>Divergência Jurisprudencial</i>	397
2.3.5. <i>Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal</i>	398
2.3.6. <i>Recurso de revista no rito sumaríssimo</i>	399
2.4. Recurso de embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST.....	405
2.4.1. <i>Cabimento</i>	405
2.4.2. <i>Divergência Jurisprudencial</i>	405
2.4.3. <i>Embargos para a SDI no rito sumaríssimo</i>	407
2.4.4. <i>Embargos para a SDI na fase executiva</i>	407
2.5. Agravo de instrumento	410
2.6. Agravo de petição.....	412
2.7. Agravo interno e regimental.....	414
2.8. Recurso adesivo	415

CAPÍTULO XVI

EXECUÇÃO TRABALHISTA	417
1. Juros.....	417
2. Correção monetária	419
3. Contribuições previdenciárias e imposto de renda	421

4. Penhora.....	425
5. Depositário	430
6. Embargos de terceiros	431
7. Empresas em liquidação extrajudicial	432
8. Massa falida.....	434
9. Entidade pública.....	434

CAPÍTULO XVII

AÇÃO RESCISÓRIA	437
1. Competência	437
2. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho e litisconsórcio.....	438
3. Decadência.....	440
4. Pressupostos da ação rescisória	442
4.1. Trânsito em julgado.....	442
4.2. Decisão de mérito.....	443
5. Representação processual. Procuração com poderes específicos para o ajuizamento de reclamação trabalhista. Irregularidade verificada na fase recursal	446
6. Petição inicial.....	447
7. Hipóteses de cabimento.....	448
7.1. Incompetência absoluta.....	449
7.2. Dolo ou colusão	449
7.3. Coisa Julgada	450
7.4. Violação literal de disposição de lei.....	452
7.4.1. Alcance da regra.....	452
7.4.2. Decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento	452
7.4.3. Reexame de fatos e prova.....	452
7.4.4. Pronunciamento explícito.....	452
7.4.5. Matéria controvertida nos Tribunais	453
7.4.6. Casos específicos de violação literal de disposição de lei.....	455
7.5. Prova nova	456
7.6. Ação rescisória para invalidar transação.....	457
7.7. Ação rescisória para invalidar confissão	457
7.8. Ação rescisória fundada em erro de fato	457
8. Respostas do réu.....	460
9. Recursos.....	461
10. Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda	463

CAPÍTULO XVIII

MANDADO DE SEGURANÇA	465
1. Valor da causa e prova pré-constituída	465
2. Cabimento.....	465
3. Decadência e Contagem do prazo para impetração do mandado de segurança.....	473
4. Recursos.....	473

CAPÍTULO XIX

DISSÍDIO COLETIVO E AÇÃO DE CUMPRIMENTO	477
1. Dissídio coletivo.....	477
2. Ação de cumprimento	480

CAPÍTULO XX

HABEAS CORPUS.....	483
---------------------------	------------

ÍNDICE EM ORDEM NUMÉRICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TST EM VIGOR	485
---	------------

ÍNDICE REMISSIVO DA JURISPRUDÊNCIA DO TST EM VIGOR.....	545
--	------------

ÍNDICE REMISSIVO.....	559
------------------------------	------------